

# LEI MARIA DA PENHA:

*Direitos das  
mulheres e meninas  
e como buscar ajuda*



# EXPEDIENTE

Essa cartilha foi produzida em parceria pelo Ministério das Mulheres e Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA

## MINISTÉRIO DAS MULHERES

### **Ministra das Mulheres**

Márcia Helena Carvalho Lopes

### **Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres**

Estelizabel Bezerra de Souza

### **Diretoria de Proteção de Direitos**

Terlúcia Maria da Silva

### **Coordenação-Geral de Prevenção de Violência contra Mulheres**

Anita Cunha Monteiro - Coordenadora-Geral de Prevenção de Violência contra Mulheres

Adriana Matos Pereira - Coordenadora de Enfrentamento à Violência

### **Revisão de Conteúdo e abordagem**

Anita Cunha Monteiro - Coordenadora-Geral da Central de Prevenção de Violência contra Mulheres

Jordânia Maria de Ribamar Silva Fróes - Analista Técnica de Políticas Sociais

## **Projeto Gráfico e Diagramação**

Bruna de Jesus Nascimento

Giulia Blainner Souza Silva

## **FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA**

### **Representante do UNFPA no Brasil**

Florabela Fernandes

### **Representante Auxiliar do UNFPA no Brasil**

Júnia Quiroga

### **Redação, Revisão de Conteúdo e Abordagem**

Italo Andre Beltrami Silva, Harlen Gabriela Barrios Lamar, Patrícia Ludmila Melo e Jaqueline Pereira Oliveira

### **Supervisão Editorial**

Luiza Olmedo

### **Tradução**

Harlen Gabriela Barrios Lamar

**Fevereiro  
2026**

## APRESENTAÇÃO

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Ministério das Mulheres apresentam conjuntamente duas novas publicações: a reedição da cartilha sobre a Lei Maria da Penha, atualizada para fortalecer o acesso à informação e ampliar a compreensão dos direitos das mulheres no enfrentamento à violência; e a cartilha sobre enfrentamento da violência sexual contra mulheres e meninas — uma das mais graves violações de direitos humanos.

As publicações refletem o compromisso de ambas as instituições em garantir conteúdos claros, atuais e alinhados às políticas públicas de proteção.

A cartilha sobre a Lei Maria da Penha, reconhecida internacionalmente, segue como marco fundamental na defesa da vida, da dignidade e dos direitos das mulheres no Brasil. O volume reúne conteúdos atualizados sobre os mecanismos da lei, os serviços da rede de atendimento e orientações práticas para mulheres, profissionais e gestores (es) envolvidos na prevenção e no enfrentamento da violência.

A reedição reafirma o papel estratégico da Lei Maria da Penha na promoção da igualdade de gênero e na prevenção e resposta à violência baseada em gênero, apoiando o fortalecimento das políticas públicas e o acesso à informação de qualidade.

Já a publicação sobre violência sexual reforça a urgência de prevenir, identificar e responder a todas as formas de violência sexual, promovendo informação acessível, orientações práticas e apoio à rede de proteção.

Estas publicações reforçam o compromisso conjunto e do Ministério das Mulheres e do UNFPA com a promoção de uma sociedade mais justa, segura e livre de violência contra todas as mulheres.

**Márcia Helena Lopes Carvalho**

Ministra de Estado das Mulheres

**Florabela Fernandes**

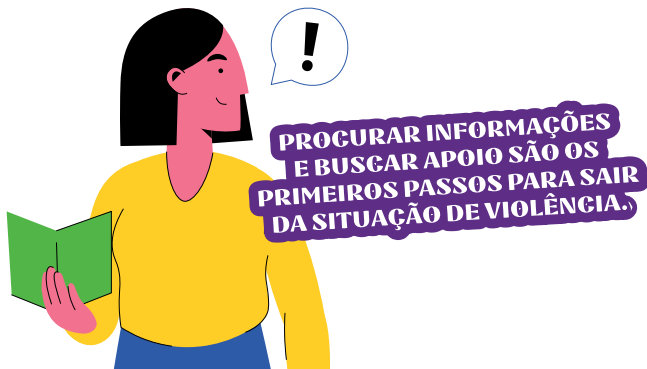
Representante do UNFPA no Brasil

# **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: INFORMAÇÃO PARA PREVENIR E APOIAR**

A violência doméstica e familiar pode acontecer com qualquer mulher. Rica ou pobre, branca ou negra, jovem ou idosa, com deficiência, lésbica, indígena, vivendo em área rural, na floresta, na cidade, em situação de rua; não importa a religião ou escolaridade, nacionalidade ou status migratório – qualquer mulher pode sofrer esse tipo de violência, mas o acesso à Rede de Atendimento pode variar por fatores como etnia, raça, classe social, religião e ambiente.

Se você se sente ameaçada, machucada, humilhada ou controlada, ou se uma parente, amiga ou qualquer outra mulher que você conhece sofre violência doméstica, esta Cartilha pode ser muito útil.

Ela traz informações sobre a Lei Maria da Penha, respostas para as dúvidas mais comuns e dicas sobre onde procurar ajuda ou como ajudar quem precisa de apoio.



# ENTENDENDO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES



Em 2024, uma em cada cinco brasileiras já sofreu alguma forma de violência doméstica cometida por um homem.

No Brasil, cerca de 70% dos casos de agressão contra mulheres foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros íntimos.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, o Brasil registrou aumento de 151,7% nas medidas protetivas de urgência para mulheres em situação de violência/sobreviventes de violência doméstica entre 2020 e 2024.

Diante de uma lista de atitudes violentas contra mulheres, 8 em cada 10 mulheres foram mortas por companheiros ou ex-companheiros, nos casos de feminicídio.

**SE VOCÊ NÃO SOFRE VIOLÊNCIA, PODE  
CONHECER ALGUÉM QUE SOFRE VIOLÊNCIA.**

Acabou aquela história de "em briga de marido e mulher não se mete a colher". A violência doméstica e familiar não é um problema particular, é uma realidade que atinge muitas pessoas e deve ser enfrentada e denunciada.

**POR ISSO É IMPORTANTE ENTENDER  
COMO ACONTECE ESSA VIOLÊNCIA.**

## **POR QUE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES É TÃO COMUM?**

A violência contra as mulheres — especialmente a violência doméstica e familiar — ainda é uma realidade em nossa sociedade, porque muitas pessoas acreditam que os homens são superiores às mulheres, que podem controlar suas vidas e desejos, e que a violência é uma forma aceitável de resolver conflitos. Em nossa cultura, é comum que a força e a agressividade sejam valorizadas como características masculinas, e muitos maridos, namorados, pais, irmãos, chefes e outros homens acreditam ter o direito de impor suas vontades às mulheres, recorrendo à agressão verbal ou física quando são contrariados.

Embora o consumo de álcool, drogas ou o ciúme possam agravar ou desencadear situações de violência, eles não são a causa nem justificam esses atos.



## A QUEM SE APLICA A LEI MARIA DA PENHA?

A Lei Maria da Penha foi criada para proteger todas as mulheres — independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual — que se encontrem em situação de violência doméstica ou familiar, seja dentro ou fora da residência. Ela se aplica a casos em que o agressor tem ou teve vínculo familiar, afetivo ou de convivência com a mulher em situação de violência / sobrevivente<sup>1</sup>, como: maridos, esposas, companheiros (as), ex-companheiros (as), namorados (as) ou ex-namorados (as); bem como pais, mães, filhos (as), irmãos (ãs), padrastos, madrastas, sogros (as) e até pessoas que convivem ou frequentam o mesmo lar, ainda que não sejam parentes.

## POR QUE ALGUMAS MULHERES PERMANECEM EM RELAÇÕES VIOLENTAS?

Você já deve ter ouvido falar de mulheres que vivem durante anos sendo agredidas pelo parceiro e ameaçadas de morte, mas não se separam dele.

Há também mulheres que até já se separaram, denunciaram e registraram vários Boletins de Ocorrência (B.O.'s) na delegacia e, mesmo assim, continuam a ser agredidas e perseguidas pelo ex-parceiro.

<sup>1</sup> O uso do termo "sobrevivente" é preferido em contextos de proteção, saúde e assistência social, pois reconhece a força e a capacidade de superação da pessoa diante da violência sofrida. O termo valoriza a autonomia, a dignidade e o protagonismo da pessoa no seu processo de recuperação.

O Ministério das Mulheres também usa o termo "em situação de violência", dessa forma, reforça a possibilidade de o sujeito mudar e sair dessa situação, não constituindo um lugar estático e permanente.

Aí, você pensa: "elas não se separam de uma vez porque, no fundo, devem gostar de apanhar", ou "são pessoas fracas e sem coragem".

Não é bem assim. Existem muitas razões para uma mulher não conseguir romper uma relação violenta. Veja algumas:

- + Ela é ameaçada e tem medo de apanhar mais ou até de ser assassinada, se acabar com a relação;
- + Ela depende financeiramente dele e acha que não vai conseguir sustentar a si mesma e/ou as/os filhas/os;
- + Ela acha que as/os filhas/os vão culpá-la pela separação;
- + Ela tem vergonha de que os outros saibam que ela sofre violência;
- + Ela acredita no agressor quando ele diz que está arrependido e que não voltará a cometer agressões;



- + Ela não quer romper o relacionamento e sua dependência afetiva faz com que pense que o amor dela é tão forte que vai conseguir que ele mude de comportamento;
- + Ela acredita no senso comum de que a violência faz parte de todo relacionamento;
- + Ela acha que não vai ser levada a sério se for à delegacia ou não confia na proteção policial;
- + Ela tem medo de ser revitimizada, humilhada, desqualificada e questionada caso decida formalizar a denúncia;
- + Ela se sente isolada e sozinha – os agressores são em geral muito controladores e ciumentos, o que faz com que aos poucos ela acabe se afastando da família e amigos (as);
- + O agressor recorre a chantagens e ameaças para impedir o rompimento, como exigir a guarda dos/das filhos/as, negar a pensão alimentícia, ir ao trabalho da mulher para fazer escândalo, espalhar mentiras sobre ela, ameaçar se matar, matar a mulher e os filhos/as, etc.

Todas estas razões são reforçadas pela sociedade que ainda é machista e patriarcal, então parece que faz parte da vida da mulher passar por tudo isso e aguentar firme!

## **O QUE É O CHAMADO “CICLO DE VIOLÊNCIA”?**

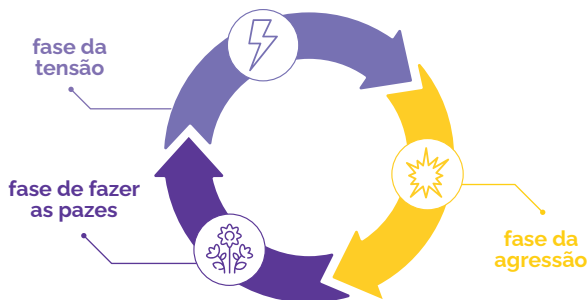
É uma forma muito comum da violência se manifestar seja entre casais héteros e homoafetivos. Compreender o ciclo de

violência<sup>2</sup> ajuda a entender a dinâmica das relações violentas e a dificuldade da mulher sair dessa situação. O ciclo começa com a fase da tensão, em que as raivas, insultos e ameaças vão se acumulando.

O agressor costuma se mostrar tenso e irritado com qualquer atitude da mulher e por motivos insignificantes. A mulher costuma tentar acalmar o agressor, evitando qualquer conduta que possa ser entendida como provocação. Em seguida, vem a fase da agressão, com o descontrole e uma violenta explosão de toda a tensão acumulada.

Depois, chega a fase de fazer as pazes (ou da 'lua de mel'), em que ele pede perdão e promete mudar de comportamento, ou então finge que nada aconteceu, mas fica mais calmo e carinhoso e a mulher acredita que aquilo não vai mais acontecer.

Esse ciclo costuma se repetir, com episódios de violência cada vez mais graves e intervalo menor entre as fases.



<sup>2</sup> Apesar de a violência doméstica ter várias faces e especificidades, a psicóloga norte-americana Lenore Walker identificou que as agressões cometidas em um contexto conjugal ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>

## ESSA MULHER PRECISA DE AJUDA!

Lembre-se de que a mulher está sofrendo violência de uma pessoa muito próxima e com quem tem laços afetivos. Cada mulher tem o seu tempo, mas pode ser mais fácil romper esse ciclo quando ela tem o apoio de alguém. **Atenção:** a vida e a segurança da mulher devem estar sempre em primeiro lugar.

Nunca se deve subestimar uma ameaça. Se achar que está em perigo, a mulher deve procurar ajuda e pedir proteção imediatamente.

Não se deve julgar a mulher que permanece em uma relação violenta; é preciso compreendê-la e ajudá-la a sair dessa situação. Sem segurança e apoio, esse processo torna-se extremamente difícil.

## O QUE É A LEI MARIA DA PENHA?

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é uma lei escrita por mulheres e para mulheres, que apresenta serviços de atendimento, medidas de proteção às pessoas em situação de violência/sobreviventes e responsabilização dos agressores. A lei define que a violência doméstica e familiar contra a mulher é crime e aponta formas de evitar, enfrentar e punir a agressão. A lei indica a responsabilidade que cada órgão público tem para ajudar a mulher que está sofrendo a violência.

## POR QUE A LEI SE CHAMA MARIA DA PENHA?

**Maria da Penha Maia Fernandes** foi alvo de duas tentativas de homicídio por parte do marido e ficou paraplégica. Ela não teve resposta das autoridades do Brasil na sua luta por proteção e precisou acio-

nar um tribunal internacional por justiça. O caso se tornou um exemplo e, por isso, deram seu nome à Lei nº 11.340, criada em 2006 para prevenir e punir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.



## A LEI DO FEMINICÍDIO

Lei nº 13.104/2015 tornou mais severas as penas para assassinatos de mulheres motivados por discriminação ou violência de gênero, reconhecendo como feminicídio os casos ligados à violência doméstica, familiar ou à condição de ser mulher. Com a Lei nº 14.994/2024, a pena passou a variar de 20 a 40 anos de prisão.

**O Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios - PNPF** (Decreto nº 11.640/2023), que consiste numa estratégia de gestão entre estados, municípios e o Governo Federal para prevenir todas as formas de discriminações e violências contra todas as mulheres e meninas em sua diversidade.

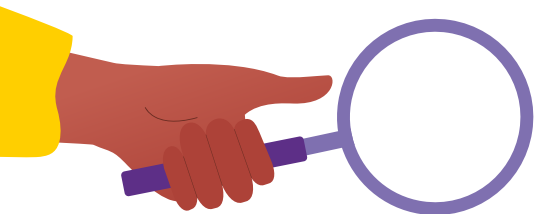
## IDENTIFICANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

A Lei Maria da Penha define cinco formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres: violência psicológica, violência física, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.



## EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA EMOCIONAL OU PSICOLÓGICA:

- + Xingar e humilhar;
- + Ameaçar, intimidar e amedrontar;
- + Criticar, desvalorizar os atos e desconsiderar a opinião ou decisão da mulher, debochar publicamente, diminuir a autoestima;
- + Tentar fazer a mulher ficar confusa ou achar que está ficando louca;
- + Atormentar a mulher, não deixá-la dormir ou fazê-la se sentir culpada;
- + Controlar tudo o que ela faz, quando sai, com quem e onde vai;
- + Impedir que ela trabalhe, estude, saia de casa, vá à igreja ou viaje;
- + Procurar mensagens no celular ou e-mail;
- + Usar as/os filhas/os para fazer chantagem;
- + Isolar a mulher de amigos e parentes.





## EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA:

- + Bater e espancar;
- + Empurrar, atirar objetos, sacudir;
- + Morder ou puxar os cabelos;
- + Estrangular, chutar, torcer ou apertar os braços;
- + Queimar, cortar, furar, mutilar e torturar;
- + Usar arma branca, como faca ou ferramentas de trabalho, ou arma de fogo.



## EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL:

- + Forçar relações sexuais quando a mulher não quer ou quando estiver dormindo ou doente;
- + Forçar a prática de atos sexuais que causam desconforto ou nojo;
- + Fazer a mulher olhar imagens pornográficas quando ela não quer;
- + Obrigar a mulher a fazer sexo com outra(s) pessoa(s);
- + Impedir a mulher de prevenir a gravidez, forçá-la a engravidar ou ainda forçar o aborto quando ela não quiser.



## **EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA PATRIMONIAL:**

- + Controlar, reter ou tirar dinheiro dela;
- + Causar danos de propósito a objetos de que ela gosta;
- + Destruir ou reter objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e outros bens e direitos.



## **EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA MORAL:**

- + Fazer comentários ofensivos na frente de estranhos e/ou conhecidos;
- + Humilhar a mulher publicamente;
- + Expor a vida íntima do casal para outras pessoas, inclusive nas redes sociais;
- + Acusar publicamente a mulher de cometer crimes que ela não cometeu;
- + Inventar histórias e/ou falar mal da mulher para os outros com o intuito de diminuí-la perante amigos e parentes;

**ATENÇÃO!**

## **PERSEGUIÇÃO TAMBÉM É CRIME!**

### **Lei do Stalking (Lei 14.132/2021)**

Perseguição reiterada, por qualquer meio, de forma presencial, por meio de rede social, mensagens, telefonemas, etc, que ameaça a integridade física e psicológica, interferindo na privacidade ou liberdade da pessoa;

---

**A VIOLÊNCIA PODE TER VÁRIAS FORMAS E ÀS VEZES NÃO DEIXA SINAIS VISÍVEIS.**

**MAS TODAS AS FORMAS SÃO GRAVES E DEVEM SER ENFRENTADAS E DENUNCIADAS!**

## **PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

### **A Lei também se aplica a casais de lésbicas?**

Sim. A lei protege todas as mulheres. Se uma mulher sofre violência praticada por sua namorada, esposa ou companheira, ela pode se apoiar na Lei.

## ? A Lei se aplica a mulheres Trans e Travestis?

Sim. Em 2022 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que a Lei Maria da Penha também se aplica aos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres transgênero.

## ? Existem “sinais” para identificar uma relação violenta?

É comum algumas mulheres não reconhecerem ou não admitirem para si mesmas que estão vivendo uma relação violenta e ou abusiva, mas há sinais que indicam comportamentos violentos, como por exemplo:

- + Excesso de ciúme. Ciúme não é cuidado, mas sim sinal de posse e controle;
- + Vigiar o que ela faz, aonde vai e com quem conversa, mesmo quando não está por perto;
- + Ter explosões de raiva;
- + Controle do dinheiro da casa, impedindo que a mulher tenha um emprego ou obrigando-a a entregar o seu salário.

Mas é importante lembrar que não existe um perfil específico de agressor. Ele pode ser uma pessoa muito educada e gentil, e que só é violento com as mulheres, ou em casa e/ou nas relações familiares ou afetivas.

### **Ninguém merece sofrer violência.**

Reconhecer o desrespeito e o abuso é o primeiro passo para perceber que o culpado pela violência é o agressor, nunca a mulher em situação de violência/sobrevivente.

## COMO FAÇO PARA DENUNCIAR?

Se a agressão está ocorrendo, é uma situação de emergência! A mulher deve ligar para o 190 e pedir ajuda da Polícia!

Se o município tiver Delegacia da Mulher, ela pode fazer o Boletim de Ocorrência a qualquer hora, pois essas Delegacias devem funcionar 24 horas.

Na ausência de Delegacia da Mulher, ela deve procurar uma Delegacia comum, pois estas devem atender com prioridade, em sala reservada e com agente especializado em violência doméstica e familiar (Lei nº 13.505/2017).



## **AINDA NÃO QUER OU NÃO PODE PROCURAR A POLÍCIA, MAS PRECISA DE AJUDA, O QUE FAZER?**

Caso não queira procurar a polícia ou esteja insegura se quer mesmo fazer a denúncia policial, a mulher pode procurar serviços de orientação jurídica e/ ou psicológica, como os Centros Especializados de Atendimento à Mulher ou de Assistência Social. Ligue para o 180 ou entre no Painel de Serviços da Rede do Ligue 180 e busque um serviço mais próximo de você. Em alguns Municípios há Casas da Mulher Brasileira, que irão acolher, fazer os atendimentos e encaminhamentos que o caso requer.



**ACESSE O QR CODE  
PARA CONHECER O  
PAINEL DE SERVIÇOS  
DA REDE DO LIGUE 180**

Se você presenciar ou souber de uma situação de violência contra uma mulher, não se cale! Você pode ligar para o Ligue 180 e relatar o ocorrido, o local da violência, o nome da mulher em situação de violência/sobrevivente e do agressor.

## **SE EU DENUNCIAR, ELE SERÁ MESMO PRESO?**

Depende. Em caso de flagrante, ou seja, se a polícia chegar enquanto o agressor estiver cometendo a violência, ele pode ser preso. Além disso, o (a) juiz (a) pode pedir a prisão preventiva, se houver necessidade, para garantir o cumprimento das medidas protetivas de urgência. De qualquer forma, estas prisões são provisórias. No final do processo criminal o agressor pode ser condenado à prisão, mas em alguns casos ele pode cumprir outras penas em liberdade.

## **E COMIGO, O QUE VAI ACONTECER NA DELEGACIA?**

Em primeiro lugar, a autoridade policial irá registrar seu relato na forma de um boletim de ocorrência (BO). É importante (se possível) que você dê todos os detalhes, como o tipo de agressão, se ele faz ameaças, se possui armas, se a violência também atinge as/os filhas/os etc. Além disso, é bom indicar pessoas que testemunharam essa agressão ou agressões anteriores.

Se houver alguma lesão, ferimento ou hematoma, você será encaminhada para o Instituto Médico Legal (IML) para realizar um exame de corpo de delito.

A delegacia vai iniciar um inquérito policial para apurar os fatos, ouvir testemunhas e reunir provas. Esta investigação será encaminhada ao promotor de justiça. Se a mulher pedir uma medida protetiva na delegacia, a polícia deve encaminhar ao/à juiz(a) em até 48h, e o (a) juiz (a) também tem o prazo de até 48 horas para decidir se irá conceder as medidas protetivas de urgência.

## **COMO POSSO SOLICITAR MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA?**

Para pedir a medida protetiva, a mulher não precisa estar acompanhada de advogado/a. Ela deve dirigir-se a uma Delegacia da Mulher ou, na falta dela, a uma delegacia comum, registrando a ocorrência de violência e informando que deseja a concessão da medida protetiva. Também é possível que o Ministério Público faça o pedido em seu nome. O (a) juiz (a) analisará o pedido e poderá conceder as medidas em até 48 horas, mesmo sem denúncia formal, processo judicial ou relatório policial, sempre que houver risco à segurança da mulher em situação de violência/sobrevivente ou de seus dependentes.

Se a mulher estiver em perigo imediato e a cidade não tiver juiz, a medida protetiva pode ser concedida pelo (a) Delegado(a). Se o(a) delegado(a) não estiver presente, qualquer policial pode conceder a medida no momento da denúncia.

## **A MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA É APENAS AFASTAMENTO DO AGRESSOR?**

Entre as medidas protetivas estão o afastamento do lar e a proibição de contato com a mulher em situação de violência/sobrevivente. Quando há dependência econômica, o (a) juiz (a) pode determinar o pagamento de pensão alimentícia e, em casos de vulnerabilidade, conceder auxílio-aluguel por até seis meses.

A mulher em situação de violência/ sobrevivente também tem direito a atendimento médico, inclusão em programas de proteção e geração de renda, e garantia de estabilidade no trabalho por até seis meses, caso precise se afastar por motivo de violência.

A lei ainda permite a prisão preventiva do agressor, se houver necessidade, e prevê punição. Desde 2020, a Lei Maria da Penha passou a prever medidas protetivas obrigatórias de reeducação e acompanhamento psicossocial para os agressores, por meio de programas de recuperação e atendimentos individuais e/ou em grupo. Outras medidas protetivas previstas para o agressor:

- + Afastamento do lar ou sua prisão preventiva;
- + Suspensão da posse ou restrição de posse de arma pela pessoa que agrediu;
- + Proibição que o agressor se aproxime da mulher e de seus familiares com limite mínimo de distância;
- + Proibição do contato com a mulher e seus familiares por qualquer meio de comunicação;
- + Proibição do agressor de frequentar determinados lugares;
- + Restrição ou suspensão de visitas do agressor aos dependentes.

## **O QUE ACONTECE SE O AGRESSOR DESCUMPRIR A MEDIDA PROTETIVA?**

O agressor pode ser preso por 2 a 5 anos e pagar multa, além de outras sanções cabíveis.

## **MEU COMPANHEIRO ME AMEAÇA, SE EU SAIR DE CASA, PERCO OS MEUS DIREITOS?**

Não, a mulher não perde seus direitos. Se precisar sair de casa para evitar a violência, a mulher pode procurar a autoridade policial e pedir proteção, transporte para um lugar seguro e escolta para retirada dos pertences da casa. A lei diz que a mulher tem direito a assistência jurídica em todos os momentos. Ela deve procurar a Defensoria Pública do Estado ou um outro órgão que preste esse serviço gratuitamente, para ser acompanhada no processo cível e/ou criminal.

## **PARA ONDE VOU SE SÓ TENHO A MINHA CASA?**

Em algumas cidades do Brasil, existem serviços de abrigamento, locais em que a mulher pode ficar por um tempo com seus filhos/as. Você pode se informar na delegacia da mulher ou nos centros de atendimento a mulheres de sua cidade ou estado. Pode ainda ligar para o 180 e pedir informações. Em alguns locais, também existem as Casas da Mulher Brasileira, que oferecem alojamentos de passagem onde a mulher e seus filhos/as podem ficar até 48 horas. Se necessário, ela pode ser encaminhada a outros serviços de abrigamento.

## O AGRESSOR TEM DIREITO A VISITAR MEUS FILHOS OU A FICAR COM A GUARDA?

Quando o (a) juiz (a) reconhece a situação de violência, dificilmente você perderá a guarda das filhas ou filhos. O direito às visitas será analisado em cada caso. Como é muito comum que a violência contra a mulher também atinja os filhos/as, é importante que o (a) juiz (a) seja informado sobre essa situação para que possa decidir.

A Lei 14.713/2023, estabelece que a existência de risco de violência doméstica ou familiar impede o exercício da guarda compartilhada de crianças e adolescentes.

**Se estas e outras perguntas têm passado pela sua cabeça, não se desespere. Para cada situação há uma solução. O importante é estar bem informada e buscar ajuda.**

## O QUE A AUTORIDADE POLICIAL PODE FAZER?

- + Pode prender o agressor em flagrante ou solicitar ao/à juiz (a) a decretação da prisão preventiva;
- + Deve garantir a proteção policial, quando necessário;
- + Deve registrar o boletim de ocorrência e instaurar o inquérito policial (colher provas, ouvir o agressor e testemunhas);

- + Deve enviar o inquérito policial ao Ministério Público ao término das investigações;
- + Pode requerer ao juiz, em até 48h, que sejam concedidas medidas protetivas de urgência (suspensão do porte de armas do agressor, afastamento do lar, distanciamento da mulher em situação de violência/sobrevivente, dentre outras);
- + Deve tomar medidas quando tiver conhecimento do descumprimento da medida protetiva de urgência;
- + Deve encaminhar a mulher ao hospital ou posto de saúde e ao iml, se necessário, e acompanhar a mulher para retirada de seus pertences, quando for o caso;
- + Deve fornecer transporte para a mulher e seus filhos para abrigo ou local seguro, se houver risco de vida.

## **O QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA PODE FAZER?**

- + O juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher terá competência para apreciar o crime e outros aspectos jurídicos não criminais;
- + Nas varas criminais deve-se dar preferência aos casos de violência doméstica;
- + O (a) juiz (a) pode decretar ou revogar a prisão preventiva;
- + O juizado deve notificar a mulher imediatamente sobre a saída do agressor da prisão.

## O QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO PODE FAZER?

- + Pode pedir a concessão ou a revisão de medida protetiva de urgência ao judiciário e pode pedir a decretação da prisão preventiva;
- + Pode pedir força policial e serviços necessários para a mulher;
- + Deve fiscalizar os estabelecimentos de atendimento à mulher;
- + Deve fiscalizar a atividade policial;
- + Pode oferecer denúncia na maioria dos casos de violência contra a mulher, independentemente de seu consentimento, pois houve a prática de um crime e isso é um problema de estado.

## O QUE A DEFENSORIA PÚBLICA PODE FAZER?

- + Deve acompanhar a mulher na fase policial e judicial, em todos os atos processuais;
- + Deve prestar orientação jurídica gratuita à mulher.

## **ONDE AS MULHERES PODEM BUSCAR ATENDIMENTO ESPECIALIZADO?**

Além da Delegacia, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Juizado Especializado ou Vara da Violência Doméstica, há outros serviços especializados de atendimento que as mulheres podem recorrer:

- + Hospitais e unidades de saúde do SUS especializados no atendimento de pessoas em situação de violência sexual: atendem as mulheres em situação de violência sexual, e no caso de estupro, garantem o acesso aos serviços de contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), de proteção e prevenção às infecções sexualmente transmissíveis/ HIV e interrupção legal da gravidez (em casos de violência sexual);
- + Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) ou Centros de Referência de Atendimento às Mulheres (CRAM): oferece apoio psicológico, social e jurídico;
- + Serviço de abrigo: acolhe as mulheres ameaçadas, suas filhas e seus filhos e presta assistência psicológica e jurídica;
- + Casa da Mulher Brasileira, atendimento integral e humanizado, reúne os principais serviços e equipamentos da rede de proteção intersetorial. Verifique se a sua cidade dispõe de uma unidade e conheça os serviços oferecidos.

Mulheres em situação de violência que não têm condições financeiras de sustentar a si mesmas e seus filhos podem acessar pro-

gramas de assistência social e inclusão oferecidos pelos governos federal, estaduais e municipais. Elas também podem participar de programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, incluindo a reserva de 8% das vagas em contratações feitas por empresas prestadoras de serviços ao Governo Federal. Além disso, mulheres em vulnerabilidade social podem receber auxílio-aluguel por até seis meses.

Você também pode buscar ajuda no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS): é uma unidade pública de Assistência Social que atende as pessoas e famílias (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres) que estão vivendo situações de violência ou violação de direitos.

O IML – Instituto Médico Legal realiza o exame de corpo de delito e outros exames periciais necessários, encaminhados pela autoridade policial. Você pode saber mais na Delegacia de Polícia.



## ONDE PROCURAR AJUDA E SABER MAIS SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES?

Ao ligar para o número 180 – Central de Atendimento à Mulher, mulheres no Brasil e brasileiras no exterior recebem orientações sobre como se proteger e denunciar situações de violência.

O serviço é gratuito, funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, e conta com atendentes capacitadas para oferecer respostas, orientações e alternativas conforme cada caso.

As mulheres são informadas sobre seus direitos e os serviços disponíveis para acolhimento e proteção. Quando necessário, as denúncias podem ser encaminhadas diretamente às autoridades competentes.

O atendimento é realizado em português, espanhol e inglês, e também é possível entrar em contato pelo e-mail [central180@mulheres.gov.br](mailto:central180@mulheres.gov.br).

As denúncias podem ser anônimas ou identificadas, e todas as informações fornecidas são sigilosas, sendo compartilhadas apenas com as autoridades responsáveis pela apuração.

# **NO ENTANTO, SE FOR UMA EMERGÊNCIA, LEMBRE-SE DE LIGAR PARA O 190!**

A maioria das mulheres (66%) diz se sentir mais protegida com esta Lei.

## **Confie na Lei Maria da Penha!**

Se seus direitos forem desrespeitados pelos órgãos públicos, há diversos canais para dirigir sua reclamação, como as ouvidorias ou o Ministério Público e também pelo Ligue 180.

**Só existe vida digna e com direitos quando a violência termina.**



# LEY MARIA DA PENHA:

*Derechos de las  
mujeres y las niñas y  
cómo buscar ayuda*



# EXPEDIENTE

Este folleto fue elaborado en colaboración por el Ministerio de las Mujeres y el Fondo de Población de las Naciones Unidas - UNFPA.

## MINISTERIO DE LAS MUJERES

### Ministra de las Mujeres

Márcia Helena Carvalho Lopes

### Secretaria Nacional de Enfrentamiento a la Violencia contra las Mujeres

Estelizabel Bezerra de Souza

### Dirección de Protección de los Derechos

Terlúcia Maria da Silva

### Coordinación General del Centro para la Prevención de la Violencia contra las Mujeres

Anita Cunha Monteiro - Coordinadora General de Prevención de la violencia contra las Mujeres

Adriana Pereira Matos - Coordinadora para la Lucha contra la Violencia

### Revisión y enfoque del contenido

Anita Cunha Monteiro - Coordinadora General de Prevención de la violencia contra las Mujeres

Jordânia Maria de Ribamar Silva Fróes - Analista Técnica de Política Social

## **Proyecto Gráfico y Diagramación**

Bruna de Jesus Nascimento

Giulia Blainner Souza Silva

## **FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (UNFPA)**

### **Representante del UNFPA en Brasil**

Florbela Fernandes

### **Representante Auxiliar del UNFPA en Brasil**

Junia Quiroga

### **Redacción**

Patrícia Ludmila Melo y Jaqueline Pereira Oliveira - UNFPA - Brasil

### **Revisión de Contenido y Enfoque**

Luana Natielle Basilio e Silva, Jaqueline Pereira Oliveira, Harlen Lamar, Patrícia Ludmila Melo

### **Supervisión Editorial**

**Febrero**

**2026**

## PRESENTACIÓN

El Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) y el Ministerio de las Mujeres presentan conjuntamente dos nuevas publicaciones: la reedición del folleto sobre la Ley Maria da Penha, actualizada para fortalecer el acceso a la información y ampliar la comprensión de los derechos de las mujeres en el enfrentamiento a la violencia; y el folleto sobre el enfrentamiento de la Violencia Sexual contra mujeres y niñas, una de las violaciones de derechos humanos más graves.

Las publicaciones reflejan el compromiso de ambas instituciones de garantizar contenidos claros, actualizados y alineados con las políticas públicas de protección.

El folleto sobre la Ley Maria da Penha, reconocida internacionalmente, continúa siendo un referente fundamental en la defensa de la vida, la dignidad y los derechos de las mujeres en Brasil. La obra reúne contenidos actualizados sobre los mecanismos de la ley, los servicios de la red de atención y orientaciones prácticas para mujeres, profesionales y gestores involucrados en la prevención y el enfrentamiento de la violencia. La reedición reafirma el papel estratégico de la Ley Maria da Penha en la promoción de la igualdad de género y en la prevención y respuesta a la violencia basada en género, apoyando el fortalecimiento de las políticas públicas y el acceso a información de calidad.

Por su parte, la publicación sobre violencia sexual refuerza la urgencia de prevenir, identificar y responder a todas las formas de violencia sexual, promoviendo información accesible, orientaciones prácticas y apoyo a la red de protección.

Estas publicaciones reafirman el compromiso conjunto del Ministerio

de las Mujeres y del UNFPA con la promoción de una sociedad más justa, segura y libre de violencia contra todas las mujeres.

**Márcia Helena Lopes de Carvalho**

Ministra de las Mujeres

**Florbela Fernandes**

Representante del UNFPA en Brasil

## **VIOLENCIA CONTRA LA MUJER: INFORMACIÓN PARA PREVENIR Y APOYAR**

La violencia doméstica y familiar puede ocurrirle a cualquier mujer. Rica o pobre, blanca o negra, joven o mayor, con discapacidad, lesbiana, indígena, viviendo en área rural, en la selva, en la ciudad o en situación de calle; no importa la religión, la escolaridad, la nacionalidad o el estatus migratorio — cualquier mujer puede sufrir este tipo de violencia, pero el acceso a la Red de Atención puede variar según factores como etnia, raza, clase social, religión y entorno.

Si te sientes amenazada, lastimada, humillada o controlada, o si alguna pariente, amiga u otra mujer que conozcas sufre violencia doméstica, este folleto puede ser de gran utilidad.

Aporta información sobre la Ley Maria da Penha, respuestas a las dudas más comunes y orientaciones sobre dónde buscar ayuda o cómo apoyar a quien lo necesita.



# ENTENDIENDO LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES



En 2024, una de cada cinco brasileñas ya ha sufrido alguna forma de violencia doméstica cometida por un hombre.

En Brasil, cerca del 70% de los casos de agresión contra mujeres fueron cometidos por parejas o ex-parejas íntimas.

Según el Consejo Nacional de Justicia, Brasil registró un aumento del 151,7% en las medidas de protección de urgencia para mujeres en situación de violencia/sobrevivientes de violencia doméstica entre 2020 y 2024.

Ante una lista de actitudes violentas contra mujeres, 8 de cada 10 mujeres fueron asesinadas por sus compañeros o ex-compañeros en los casos de feminicidio.

**AUNQUE USTED NO SEA VÍCTIMA DE VIOLENCIA,  
PUEDE QUE CONOZCA A ALGUIEN QUE SÍ LO SEA.**

Se acabó esa historia de que "en pelea de marido y mujer nadie se mete". La violencia doméstica y familiar no es un asunto privado; es una realidad que afecta a muchas personas y debe ser enfrentada y denunciada.

**POR ESO ES IMPORTANTE ENTENDER  
CÓMO OCURRE ESTA VIOLENCIA.**

## ¿POR QUÉ LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES ES TAN COMÚN?

La violencia contra las mujeres — especialmente la violencia doméstica y familiar — sigue siendo una realidad en nuestra sociedad porque muchas personas creen que los hombres son superiores a las mujeres, que pueden controlar sus vidas y deseos, y que la violencia es una forma aceptable de resolver conflictos. En nuestra cultura, es común que la fuerza y la agresividad sean valoradas como características masculinas, y muchos esposos, novios, padres, hermanos, jefes y otros hombres creen tener el derecho de imponer su voluntad a las mujeres, recurriendo a la agresión verbal o física cuando son contrariados.

Aunque el consumo de alcohol, drogas o los celos puedan agravar o desencadenar situaciones de violencia, no son la causa ni justifican esos actos.



## ¿A QUIÉN SE APLICA LA LEY MARIA DA PENHA?

La Ley Maria da Penha fue creada para proteger a todas las mujeres — independientemente de su identidad de género u orientación sexual — que se encuentren en situación de violencia doméstica o familiar, ya sea dentro o fuera de la residencia. Se aplica a casos en los que el agresor tiene o tuvo un vínculo familiar, afectivo o de convivencia con la mujer en situación de violencia/sobreviviente<sup>1</sup>, como: esposos, esposas, compañeros(as), ex-compañeros(as), novios(as) o ex-novios(as); así como padres, madres, hijos(as), hermanos(as), padrastros, madrastras, suegros(as) e incluso personas que conviven o frecuentan el mismo hogar, aunque no sean parientes.

## ¿POR QUÉ ALGUNAS MUJERES PERMANECEN EN RELACIONES VIOLENTAS?

Seguramente ya has oído hablar de mujeres que viven durante años siendo agredidas por su pareja y amenazadas de muerte, pero no se separan de él.

También hay mujeres que incluso ya se separaron, denunciaron y registraron varios B.O.'s (Boletines de Ocurrencia) en la comisaría y, aun así, siguen siendo agredidas y perseguidas por la ex-pareja.

<sup>1</sup> El uso del término "sobreviviente" es preferido en los contextos de protección, salud y asistencia social, pues reconoce la fuerza y la capacidad de superación de la persona frente a la violencia sufrida. El término valora la autonomía, la dignidad y el protagonismo de la persona en su proceso de recuperación. El Ministerio de las Mujeres también utiliza el término "en situación de violencia", reforzando así la posibilidad de que el sujeto cambie y salga de esa situación, no constituyendo un lugar estático ni permanente.

Entonces, puedes pensar: "no se separan de una vez porque, en el fondo, les debe gustar que las golpeen", o "son personas débiles y sin coraje".

No es así. Existen muchas razones por las que una mujer no logra romper una relación violenta. Mira algunas de ellas:

- + Ella es amenazada y tiene miedo de recibir más golpes o incluso de ser asesinada si termina la relación;
- + Ella depende económicamente de él y cree que no podrá mantenerse a sí misma y/o a sus hijas/os;
- + Ella piensa que sus hijas/os la van a culpar por la separación;
- + Le da vergüenza que los demás sepan que sufre violencia;
- + Ella le cree al agresor cuando él dice que está arrepentido y que no volverá a agredirla;



- + Ella no quiere romper la relación y su dependencia afectiva la hace pensar que su amor es tan fuerte que logrará que él cambie de comportamiento;
- + Ella cree en la idea común, de que la violencia forma parte de toda relación;
- + Ella piensa que no será tomada en serio si va a la comisaría o no confía en la protección policial;
- + Ella teme ser revictimizada, humillada, descalificada y cuestionada si decide formalizar la denuncia;
- + Ella se siente aislada y sola — los agresores suelen ser muy controladores y celosos, lo que hace que, poco a poco, ella termine alejándose de familiares y amigos/as;
- + El agresor recurre a chantajes y amenazas para evitar la separación, como exigir la custodia de los hijos/as, negar la pensión alimenticia, ir al trabajo de la mujer para hacer un escándalo, difundir mentiras sobre ella, amenazar con suicidarse, matar a la mujer y a los hijos/as, etc.

Todas estas razones se ven reforzadas por una sociedad que aún es machista y patriarcal, por lo que parece que formar parte de la vida de una mujer es pasar por todo esto y aguantar firme.

## **¿QUÉ ES EL LLAMADO CICLO DE VIOLENCIA?**

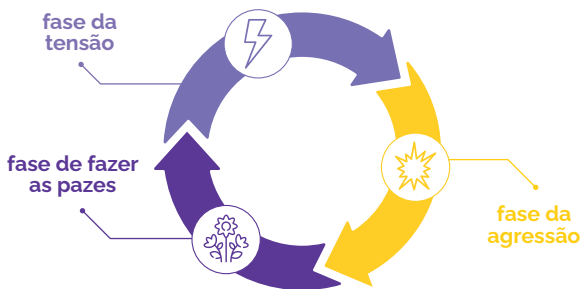
Es una forma muy común en que la violencia se manifiesta, tanto entre parejas heterosexuales como entre parejas homoafectivas.

Comprender el ciclo de la violencia<sup>2</sup> ayuda a entender la dinámica de las relaciones violentas y la dificultad de la mujer para salir de esa situación. Comienza con la **fase de tensión**, en la que la ira, los insultos y las amenazas se van acumulando.

El agresor suele mostrarse tenso e irritado ante cualquier actitud de la mujer y por motivos insignificantes. La mujer suele intentar calmar al agresor, evitando cualquier conducta que pueda interpretarse como una provocación. Luego viene la **fase de agresión**, con pérdida de control y una violenta explosión de toda la tensión acumulada.

Después llega la **fase de reconciliación (o "luna de miel")**, en la que él pide perdón y promete cambiar su comportamiento, o finge que nada ocurrió, pero se muestra más tranquilo y cariñoso, y la mujer cree que aquello no volverá a suceder.

Este ciclo suele repetirse, con episodios de violencia cada vez más graves y con intervalos cada vez más cortos entre las fases.



<sup>2</sup> Apesar de a violência doméstica ter várias faces e especificidades, a psicóloga norte-americana Lenore Walker identificou que as agressões cometidas em um contexto conjugal ocorrem dentro de um ciclo que é constantemente repetido. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>

## ¡ESA MUJER NECESITA AYUDA!

Recuerda que la mujer está sufriendo violencia por parte de una persona muy cercana y con la que tiene vínculos afectivos. Cada mujer tiene su tiempo, pero puede ser más fácil romper este ciclo cuando tiene el apoyo de alguien. **Atención:** la vida y la seguridad de la mujer deben estar siempre en primer lugar.

Nunca se debe subestimar una amenaza. Si la mujer siente que está en peligro, debe buscar ayuda y solicitar protección de inmediato.

No se debe juzgar a la mujer que permanece en una relación violenta, sino intentar comprenderla y ayudarla a salir de esa situación. Sin seguridad y sin apoyo, esto es muy difícil.

## ¿QUÉ ES LA LEY MARIA DA PENHA?

La Ley Maria da Penha (Ley nº 11.340/2006) es una ley escrita por mujeres y para mujeres, que ofrece servicios de apoyo, medidas de protección para personas en situación de violencia/sobrevivientes y responsabilización de los agresores. La ley tipifica como delito la violencia doméstica y familiar contra las mujeres y establece mecanismos para prevenirla, afrontarla y sancionarla. La ley indica la responsabilidad que cada organismo público tiene para ayudar a la mujer que está sufriendo violencia.

## ¿POR QUÉ LA LEY SE LLAMA MARIA DA PENHA?

Maria da Penha Maia Fernandes fue víctima de dos intentos de homicidio por parte de su esposo y quedó parapléjica. No recibió respuesta de las autoridades de Brasil en su lucha por protección

y tuvo que acudir a un tribunal internacional en busca de justicia. El caso se convirtió en un ejemplo y, por eso, se le dio su nombre a la Ley nº 11.340, creada en 2006 para prevenir y sancionar la violencia doméstica contra las mujeres.



## LA LEY DEL FEMINICIDIO

La **Ley nº 13.104/2015** endureció las penas por asesinatos de mujeres motivados por discriminación o violencia de género, reconociendo como feminicidio los casos vinculados a la violencia doméstica, familiar o a la condición de ser mujer. Con la **Ley nº 14.994/2024**, la pena pasó a variar entre **20 y 40 años de prisión**.

El **Pacto Nacional para la Prevención de Femicidios – PNPF** (Decreto nº 11.640) consiste en una estrategia de gestión entre estados, municipios y el Gobierno Federal para prevenir todas las formas de discriminación y violencia contra todas las mujeres y niñas en su diversidad.

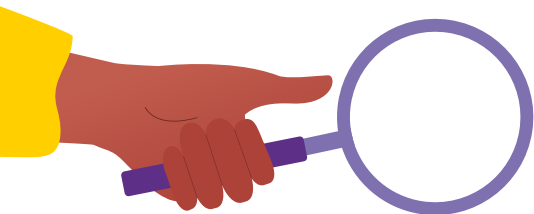
## IDENTIFICANDO LA VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR

La Ley Maria da Penha define cinco formas de violencia doméstica y familiar contra las mujeres: violencia psicológica, violencia física, violencia sexual, violencia patrimonial y violencia moral.



## EJEMPLOS DE VIOLENCIA EMOCIONAL O PSICOLÓGICA:

- + Insultar y humillar;
- + Amenazar, intimidar y asustar;
- + Criticar, desvalorizar los actos y desestimar la opinión o decisión de la mujer, burlarse públicamente, disminuir la autoestima;
- + Intentar que la mujer se sienta confundida o piense que está perdiendo la razón;
- + Atormentar a la mujer, impedir que duerma o hacerla sentir culpable;
- + Controlar todo lo que hace, cuándo sale, con quién y a dónde va;
- + Impedir que trabaje, estudie, salga de casa, vaya a la iglesia o viaje;
- + Revisar mensajes en el celular o correo electrónico;
- + Usar a los hijos/as para chantajear;
- + Aislar a la mujer de amigos y familiares.





## EJEMPLOS DE VIOLENCIA FÍSICA:

- + Golpear y agredir;
- + Empujar, lanzar objetos, sacudir, golpear;
- + Morder o tirar del cabello;
- + Estrangular, patear, torcer o apretar los brazos;
- + Quemar, cortar, perforar, mutilar y torturar.
- + Usar un arma blanca, como un cuchillo o herramientas de trabajo, o un arma de fuego.



## EJEMPLOS DE VIOLENCIA SEXUAL:

- + Forzar relaciones sexuales cuando la mujer no quiere o cuando está dormida o enferma;
- + Forzar la práctica de actos sexuales que le causen incomodidad o repulsión;
- + Hacer que la mujer vea imágenes pornográficas cuando no quiere;
- + Obligar a la mujer a tener sexo con otra(s) persona(s);
- + Impedir que la mujer prevenga un embarazo, obligarla a quedar embarazada o forzar un aborto cuando ella no lo desea.



## **EJEMPLOS DE VIOLENCIA PATRIMONIAL:**

- + Controlar, retener o quitarle dinero;
- + Causar daños a propósito a objetos que le gustan;
- + Destruir o retener objetos, instrumentos de trabajo, documentos personales y otros bienes y derechos.



## **EXEMPLOS DE VIOLENCIA MORAL:**

- + Hacer comentarios ofensivos frente a desconocidos y/o conocidos;
- + Humillar públicamente a la mujer;
- + Exponer la vida íntima de la pareja ante otras personas, incluso en las redes sociales;
- + Acusar públicamente a la mujer de cometer delitos que no ha cometido;
- + Inventar historias y/o hablar mal de la mujer ante otros con el fin de disminuirla frente a amigos y familiares;

**¡ATENCIÓN!**

## **¡LA PERSECUCIÓN TAMBIÉN ES UN DELITO!**

### **Ley del Stalking (Ley 14.132/2021)**

Persecución reiterada, por cualquier medio, de forma presencial, a través de redes sociales, mensajes, llamadas telefónicas, etc., que amenaza la integridad física y psicológica, interfiriendo en la privacidad o libertad de la persona;

---

**LA VIOLENCIA PUEDE PRESENTARSE DE  
DIVERSAS FORMAS Y, A VECES, NO DEJA  
SEÑALES VISIBLES.**

**¡PERO TODAS LAS FORMAS SON GRAVES Y  
DEBEN SER ENFRENTADAS Y DENUNCIADAS!**

## **PREGUNTAS Y RESPUESTAS SOBRE VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR.**

**¿La Ley también se aplica a parejas de lesbianas?**

Sí. La ley protege a todas las mujeres. Si una mujer sufre violencia por parte de su novia, esposa o compañera, puede ampararse en la Ley.

## ¿Se aplica la ley a las mujeres transgénero y a los travestis?

Sí. En 2022, el Superior Tribunal de Justicia (STJ) estableció que la Ley Maria da Penha también se aplica a los casos de violencia doméstica y familiar contra mujeres transgénero.

## ¿Existen «señales» para identificar una relación abusiva?

Es común que algunas mujeres no reconozcan o no admitan ante sí mismas que se encuentran en una relación violenta o abusiva, pero existen señales que indican un comportamiento violento, tales como:

- + Exceso de celos. Los celos no son cuidado, sino una señal de posesión y control.
- + Vigilar lo que ella hace, a dónde va y con quién habla, incluso cuando no está cerca;
- + Tener explosiones de ira;
- + Controlar el dinero del hogar, impidiéndole tener un empleo o obligándola a entregar su salario.

Pero es importante recordar que no existe un perfil específico de agresor. Puede ser una persona muy educada y amable, y que solo es violenta con las mujeres, o en casa y/o en las relaciones familiares o afectivas.

### **Nadie merece sufrir violencia.**

Reconocer la falta de respeto y el abuso es el primer paso para comprender que el culpable de la violencia es el agresor, nunca la mujer en situación de violencia/sobreviviente.

## **¿CÓMO PUEDO INFORMAR DE ESTO?**

Si la agresión está ocurriendo, es una situación de emergencia! La mujer debe llamar al 190 y pedir ayuda a la Policía.

Si el municipio cuenta con una Comisaría de la Mujer, ella puede hacer el Boletín de Ocurrencia en cualquier momento, ya que estas Comisarias deben funcionar las 24 horas.

En ausencia de una Comisaría de policía para Mujeres, debe buscar una Comisaría de policía regular, ya que estas deben proporcionar servicio prioritario en una sala privada con un oficial especializado en violencia doméstica y familiar (Ley No. 13.505/2017).



## **AÚN NO QUIERE O NO PUEDE ACUDIR A LA POLICÍA, PERO NECESITA AYUDA. ¿QUÉ HACER?**

En caso de que no quiera acudir a la policía o no se sienta segura de si realmente desea hacer la denuncia policial, la mujer puede buscar servicios de orientación jurídica y/o psicológica, como los Centros Especializados de Atención a la Mujer o de Asistencia Social. Llame al 180 o acceda al Panel de Servicios de la Red del Ligue 180 y encuentre el servicio más cercano. En algunos municipios existen Casas Brasileñas para Mujeres, que ofrecerán acogida, realizarán las atenciones y harán las derivaciones que el caso requiera.



**ACCEDA AL CÓDIGO QR PARA CONOCER EL PANEL DE SERVICIOS DE LA RED DEL LIGUE 180.**

Si presencias o sabes de una situación de violencia contra una mujer, ¡no te quedes callada/o! Puedes llamar al Ligue 180 y relatar lo ocurrido, el lugar de la violencia, el nombre de la mujer en situación de violencia/sobreviviente y del agresor.

## **SI LO DENUNCIO, ¿DE VERDAD LO ARRESTARÁN?**

Depende. En casos de agresión flagrante, es decir, si la policía llega mientras el agresor está cometiendo el acto violento, puede ser arrestado. Además, el juez puede ordenar la prisión preventiva, si es necesario, para garantizar el cumplimiento de las medidas de protección urgentes. En cualquier caso, estas detenciones son temporales. Al finalizar el proceso penal, el agresor puede ser condenado a prisión, pero en algunos casos, puede cumplir otras penas en libertad.

## **¿Y CONMIGO, QUÉ VA A PASAR EN LA COMISARÍA?**

En primer lugar, la policía registrará su declaración en forma de boletín de ocurrencia (B.O). Es importante que, de ser posible, proporcione todos los detalles, como el tipo de agresión, si profirió amenazas, si portaba armas, si la violencia también afectó a sus hijos, etc. Además, es recomendable indicar a las personas que presenciaron esta agresión o agresiones anteriores.

Si presenta lesiones, heridas o hematomas, será remitido al Instituto Médico Forense (IML) para someterse a un examen médico forense.

La comisaría iniciará una investigación policial para esclarecer los hechos, escuchar a los testigos y recabar pruebas. Esta investigación se remitirá al promotor de justicia. Si la mujer solicita una medida de protección en la comisaría, la policía deberá remitirla al juez en un plazo de 48 horas, quien también dispondrá de hasta 48 horas para decidir si concede las medidas de protección de emergencia.

## ¿CÓMO PUEDO SOLICITAR UNA MEDIDA DE PROTECCIÓN DE URGENCIA?

Para solicitar la medida de protección, la mujer no necesita estar acompañada por un (a) abogado (a). Debe dirigirse a una Comisaría de la Mujer o, en su ausencia, a una Comisaría común, registrar la denuncia de violencia e informar que desea la concesión de la medida de protección. También es posible que el Ministerio Público presente la solicitud en su nombre. El (la) juez (a) analizará la solicitud y podrá conceder las medidas en un plazo de hasta 48 horas, incluso sin denuncia formal, proceso judicial o informe policial, siempre que exista riesgo para la seguridad de la mujer en situación de violencia/sobreviviente o de sus dependientes.

Si la mujer se encuentra en **peligro inmediato** y la ciudad **no cuenta con un juez**, la **medida de protección** puede ser concedida por el (la) **Comisario (a)**. Si el (la) comisario (a) no está presente, cualquier **agente policial** puede conceder la medida en el momento de la denuncia.

## ¿LA MEDIDA DE PROTECCIÓN DE URGENCIA ES SOLAMENTE EL ALEJAMIENTO DEL AGRESOR?

Entre las medidas de protección se encuentran el alejamiento del hogar, la prohibición de contacto con la mujer en situación de violencia/sobreviviente y la suspensión del porte de armas. Cuando existe dependencia económica, el/la juez(a) puede determinar el

pago de pensión alimenticia y, en casos de vulnerabilidad, conceder auxilio-alquiler por hasta seis meses.

La mujer en situación de violencia/sobreviviente también tiene derecho a atención médica, inclusión en programas de protección y generación de ingresos, y garantía de estabilidad laboral por hasta seis meses, en caso de que necesite ausentarse por motivo de violencia.

La ley también permite la prisión preventiva del agresor, si fuera necesario, y prevé sanciones. Desde 2020, la Ley Maria da Penha pasó a prever medidas protectoras obligatorias de reeducación y acompañamiento psicosocial para los agresores, mediante programas de recuperación y atenciones individuales y/o en grupo. Otras medidas de protección previstas para el agresor:

- + Alejamiento del hogar o su prisión preventiva;
- + Suspensión o restricción de la posesión de arma por parte de la persona agresora;
- + Prohibición de que el agresor se acerque a la mujer y a sus familiares, con un límite mínimo de distancia;
- + Prohibición de contacto con la mujer y sus familiares por cualquier medio de comunicación;
- + Prohibición para el agresor de frecuentar determinados lugares;
- + Restricción o suspensión de las visitas del agresor a los/las dependientes.

## **¿QUÉ SUCEDE SI EL AGRESOR INCUMPLE LA MEDIDA DE PROTECCIÓN?**

El agresor puede ser detenido por 2 a 5 años y pagar una multa, además de otras sanciones aplicables.

## **MI PAREJA ME ESTÁ AMENAZANDO; SI ME VOY DE CASA, ¿PERDERÉ MIS DERECHOS?**

No, la mujer no pierde sus derechos. Si necesita salir de casa para evitar la violencia, puede acudir a la autoridad policial y solicitar protección, transporte a un lugar seguro y escolta para retirar sus pertenencias del hogar. La ley establece que la mujer tiene derecho a asistencia jurídica en todo momento. Debe acudir a la Defensoría Pública del Estado u otra institución que preste este servicio de forma gratuita, para ser acompañada en el proceso civil y/o penal.

## **¿ADÓNDE IRÉ SI LO ÚNICO QUE TENGO ES MI CASA?**

En algunas ciudades de Brasil, existen albergues donde las mujeres pueden alojarse temporalmente con sus hijos. Para obtener más información, puede acudir a la comisaría de policía especializada en mujeres o a los centros de apoyo a mujeres de su ciudad o estado. También puede llamar al 180. En algunos lugares, existen las Casas da Mulher Brasileira (Casas de la Mujer Brasileña), que ofrecen alojamiento temporal donde las mujeres y sus hijos pueden permanecer hasta 48 horas. Si es necesario, se les puede derivar a otros albergues.

## ¿EL AGRESOR TIENE DERECHO A VISITAR A MIS HIJOS O A QUEDARSE CON LA CUSTODIA?

Cuando el juez reconoce la situación de violencia, rara vez se pierde la custodia de los hijos. El régimen de visitas se analizará individualmente. Dado que es muy común que la violencia contra la mujer también afecte a los niños, es importante informar al juez de esta situación para que pueda tomar una decisión.

La Ley 14.713/2023 establece que la existencia de un riesgo de violencia doméstica o familiar impide el ejercicio de la custodia compartida de niños y adolescentes.

**Si estas y otras preguntas te han rondado la cabeza, no te desesperes. Hay una solución para cada situación. Lo importante es estar bien informada y no permanecer en silencio ante la violencia.**

## ¿QUÉ PUEDE HACER LA POLICÍA?

- + Puede arrestar al agresor en el acto o solicitar al juez que ordene la detención preventiva;
- + Debe garantizar la protección policial cuando sea necesario;
- + Debe registrar el boletín de ocurrencia e iniciar una investigación policial (recopilar pruebas, entrevistar al agresor y a los testigos);

- + Deberá enviar el informe policial al Ministério Público una vez concluidas las investigaciones;
- + Puede solicitar al juez, en un plazo de hasta 48 horas, que se concedan medidas de protección de urgencia (suspensión del porte de armas del agresor, alejamiento del hogar, distanciamiento de la mujer en situación de violencia/superviviente, entre otras).
- + Debe tomar medidas cuando tenga conocimiento del incumplimiento de la medida de protección de urgencia.
- + Debe derivar a la mujer al hospital o centro de salud y al IML, si es necesario, y acompañarla para retirar sus pertenencias, cuando corresponda.
- + Debe proporcionar transporte para la mujer y sus hijos hacia un albergue o lugar seguro, si existe riesgo de vida.

## **¿QUÉ PUEDE HACER EL TRIBUNAL DE JUSTICIA?**

- + El Juzgado de Violencia Doméstica y Familiar contra la Mujer tendrá competencia para analizar el delito y otros aspectos jurídicos no penales.
- + En los juzgados penales se debe dar prioridad a los casos de violencia doméstica.
- + El/la juez(a) puede decretar o revocar la prisión preventiva.
- + El juzgado debe notificar inmediatamente a la mujer sobre la salida del agresor de la cárcel.

## **¿QUÉ PUEDE HACER EL MINISTERIO PÚBLICO?**

- + Puede solicitar al Poder Judicial la concesión o la revisión de una medida de protección de urgencia y puede pedir la orden de prisión preventiva.
- + Puede solicitar fuerza policial y los servicios necesarios para la mujer.
- + Debe fiscalizar los servicios de atención a la mujer.
- + Debe supervisar la actividad policial.
- + Puede presentar una denuncia en la mayoría de los casos de violencia contra la mujer, independientemente de su consentimiento, ya que se ha cometido un delito y esto es un asunto del Estado

## **¿QUÉ PUEDE HACER LA DEFENSORÍA PÚBLICA?**

- + Debe acompañar a la mujer en la fase policial y judicial, en todos los actos procesales.
- + Debe brindar orientación jurídica gratuita a la mujer.

## ¿DÓNDE PUEDEN LAS MUJERES BUSCAR ATENCIÓN ESPECIALIZADA?

Además de la Comisaría de Policía, el Ministerio Público, la Defensoría Pública y el Juzgado Especializado o el Tribunal de Violencia Doméstica, existen otros servicios de apoyo especializados a los que las mujeres pueden acceder:

- + Hospitales y unidades de salud del SUS (Sistema Único de Salud) especializados en la atención de personas en situaciones de violencia sexual: atienden a mujeres en situaciones de violencia sexual y, en caso de violación, garantizan el acceso a servicios de anticoncepción de emergencia (pildora del día después), protección y prevención de infecciones de transmisión sexual/VIH y la interrupción legal del embarazo (en casos de violencia sexual);
- + Centro Especializado de Asistencia a la Mujer (CEAM) o Centros de Referencia de Asistencia a la Mujer (CRAM): ofrece apoyo psicológico, social y legal;
- + Servicio de albergue: recibe a las mujeres amenazadas, así como a sus hijas e hijos, y brinda asistencia psicológica y jurídica;
- + La Casa de la Mujer Brasileña, que ofrece atención integral y humanizada, reúne los principales servicios y recursos de la red de protección intersectorial. Consulta si tu ciudad cuenta con una unidad y conoce los servicios que ofrece.

Las mujeres en situación de **violencia** que no tienen condiciones financieras para mantenerse a sí mismas y a sus hijos pueden acce-

der a **programas de asistencia social e inclusión** ofrecidos por los gobiernos federal, estatales y municipales. También pueden participar en **programas de capacitación profesional e inserción en el mercado laboral**, incluida la **reserva del 8% de las vacantes** en las contrataciones realizadas por empresas prestadoras de servicios al Gobierno Federal. Además, las mujeres en situación de **vulnerabilidad social** pueden recibir un **subsidio de alquiler** por hasta seis meses.

También puedes buscar ayuda en el Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social (CREAS): es una unidad pública de Asistencia Social que atiende a las personas y familias (niñas, niños, adolescentes, jóvenes, adultos, personas mayores, mujeres) que están viviendo situaciones de violencia o violación de derechos.

El Instituto Médico Legal realiza el examen de cuerpo del delito y otros exámenes periciales necesarios, solicitados por la autoridad policial. Puedes obtener más información en la Comisaría de Policía.



## ¿DÓNDE PUEDO ENCONTRAR AYUDA Y APRENDER MÁS SOBRE LOS DERECHOS DE LAS MUJERES?

Al llamar al **número 180 – Central de Atención a la Mujer**, las mujeres en Brasil y las brasileñas en el exterior reciben **orientación sobre cómo protegerse y denunciar situaciones de violencia**.

El servicio es gratuito, funciona las 24 horas del día, todos los días de la semana, y cuenta con atendientes capacitadas para ofrecer respuestas, orientaciones y alternativas según cada caso.

Las mujeres son informadas sobre **sus derechos** y los **servicios disponibles** para su resguardo y protección. Cuando es necesario, las denuncias pueden ser **enviadas directamente a las autoridades competentes**.

La atención se brinda en **portugués, español e inglés**, y también es posible comunicarse por correo electrónico a [central180@mulheres.gov.br](mailto:central180@mulheres.gov.br)

Las denuncias pueden ser **anónimas o identificadas**, y toda la información proporcionada es **confidencial**, siendo compartida únicamente con las **autoridades responsables de la investigación**.

# **SIN EMBARGO, SI SE TRATA DE UNA EMERGENCIA, ¡RECUERDE LLAMAR AL 190!**

La mayoría de las mujeres (66%) dicen sentirse más protegidas con esta ley.

## **¡Confíe en la Ley Maria da Penha!**

Si tus derechos son vulnerados por los organismos públicos, existen varios canales para presentar tu reclamo, como las defensorías, el Ministerio Público y también a través de la Línea 180.

**Solo existe una vida digna y con derechos cuando la violencia termina.**







[gov.br/mulheres](https://gov.br/mulheres)



[mmulheres](https://www.instagram.com/mmulheres)



[mindasmulheres](https://twitter.com/mindasmulheres)



[min.dasmulheres](https://www.youtube.com/min.dasmulheres)



[brazil.unfpa.org](https://brazil.unfpa.org)



[unfpabrazil](https://www.instagram.com/unfpabrazil)



[unfpabrazil](https://twitter.com/unfpabrazil)



[unfpabrazil](https://www.youtube.com/unfpabrazil)